



PACTU



Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

689.998 vidas perdidas para a covid-19

Atualizado em 01/12/2022
Consórcio de Veículos de Imprensa

Justiça obriga Caixa a pagar PLR Social desfalcada em 2020



Em ação judicial movida pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, a Justiça do Trabalho determinou que a Caixa pague aos empregados lotados na base territorial da entidade o valor que deixou de ser creditado em 2020 a título da PLR Social. O Acordo Coletivo de Trabalho da Caixa, ratificado em 2020 pela direção da Caixa, estabelece que o pagamento da PLR Social corresponde a 4% do lucro líquido do banco. A Caixa desrespeitou os trabalhadores e pagou apenas 3% do resultado do banco. A PLR Social é paga aos trabalhadores da Caixa justamente por causa do trabalho relacionado a programas sociais do governo federal, operacionalizados pelo banco público, o único que executa este tipo de serviço. Ironicamente, o desfalque o pagamento do benefício ocorreu justamente durante o período mais nefasto da pandemia. Enquanto milhares de pessoas morriam todos os dias, sem vacina e diante do negacionismo do governo Bolsonaro, os empregados e empregadas da Caixa operacionalizaram sozinhos, dentro de agências lotadas, o pagamento do auxílio emergencial, sem ajuda de nenhum outro banco, diminuindo a miséria e o sofrimento da população. A diferença nos valores pagos foi reclamada imediatamente pelo movimento sindical, mas a Caixa não corrigiu o erro e apostou na impunidade, achando que os empregados e suas entidades representativas aceitariam passivamente a retirada de um direito conquistado com muita luta. Em São Paulo, a decisão judicial em favor dos empregados é em primeira instância e a direção do banco ainda pode recorrer da sentença, mas já foi uma grande vitória. [Clique aqui!](#)

Santander atende reivindicação da COE e reforça campanha contra covid-19

[Clique aqui!](#)

COE Bradesco retoma negociações

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco no dia 29/11, no segundo encontro de negociações da minuta específica. A retomada do processo negocial ocorreu no dia 14/11, após o fim da emergência em saúde por causa da pandemia de covid-19. Várias cláusulas da minuta foram tratadas, como manutenção do índice de emprego, questões do plano de saúde, medidas para prevenção da covid-19 e a ampliação do Prêmio de Desempenho Extraordinário (PDE). O encontro também definiu uma agenda inicial para o debate de novos tópicos, já a partir do começo de 2023, quando as pautas prioritárias serão o fim das metas abusivas, o combate ao assédio moral e segurança. A COE informou que aguarda desdobramentos nas próximas negociações. Lembrou, que a pauta é extensa e que algumas demandas são antigas, o que pode demandar um longo período de negociações para se chegar num resultado satisfatório para os empregados. [Clique aqui!](#)

Banco nega reivindicação e quer usar GDP para promoção por mérito

A Caixa Econômica Federal não aceitou proposta da representação dos empregados e apresentou uma contraproposta para que o pagamento dos "deltas" da promoção por mérito, referentes ao Plano de Cargos e Salários (PCS), seja feito considerando apenas o programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), de acordo com critérios empresariais da meritocracia. A proposta apresentada ao banco pelo movimento sindical é para que seja distribuído um delta linearmente para todos que cumpram os critérios definidos e que apenas o segundo seja distribuído de acordo com a GDP. A direção do banco deixou claro que não pretende discutir os critérios utilizados para a avaliação no programa, mantendo critérios subjetivos, que prejudica os empregados, mas a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa pretende insistir na proposta do movimento sindical. A próxima rodada de negociação ainda não tem data marcada. [Clique aqui!](#)

NOVO GOVERNO

Funcionários reivindicam fortalecimento do BB público

[Clique aqui!](#)

Jornada dos bancários

PRESSÃO IMPEDE APROVAÇÃO DO TRABALHO AOS SÁBADOS

O Projeto de Lei 1043/2019, que autoriza a abertura de agências e o trabalho bancário aos sábados, domingos e feriados, foi retirado da pauta de votação da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados. A votação estava prevista para quarta-feira, 30/11, mas não ocorreu devido a ação da representação sindical junto aos parlamentares e pressão da categoria nas redes sociais. O tuitaço realizado quarta de manhã colocou a hashtag #SábadoÉMeu na sétima posição entre os assuntos mais comentados do país. O Projeto de Lei 1.043/2019, de autoria do deputado David Soares (União/SP), que autoriza a abertura de agências e o trabalho bancário aos sábados e domingos, já tinha parecer favorável do deputado Eli Corrêa Filho (União/SP). A Contraf-CUT lembrou que a união e a pressão da categoria mais uma vez conseguiram barrar a alteração da jornada, mas não significa que já pode baixar a guarda. Alerta que o lobby do sistema financeiro no Congresso é forte e esta não foi a primeira e, com certeza, não será a última vez que vão tentar esta mudança que prejudica a categoria. [Clique aqui!](#)



INFORMAÇÃO

Preconceito é crime!

Dia de combate à Aids previne a doença e a discriminação

[Clique aqui!](#)

21 dias de ativismo

Contraf-CUT participa de campanha pelo fim da violência contra mulheres



Quebrar o círculo de violência de gênero e violência no trabalho, com a defesa da assinatura, pelo Brasil, da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse é o foco dos 21 Dias de Ativismo que, no Brasil, começou em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Internacionalmente, são 16 dias de ativismo, com início no dia 25/11, Dia de Combate à Violência contra a Mulher. O período, tanto em âmbito nacional quanto internacional, termina em 10 de dezembro, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Segundo a Contraf-CUT, que participa da campanha, a proposta é dar o máximo de visibilidade ao tema e continuar combatendo os vários tipos de violência que as mulheres sofrem no ambiente de trabalho, desde assédio moral e sexual, até sobrecarga de trabalho, desigualdade salarial e nas oportunidades de crescimento. A Contraf-CUT aponta que na categoria bancária já houve avanços, como a inclusão da cláusula sobre assédio moral na Convenção Coletiva de Trabalho e nos acordos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para os próximos dois anos. Cita também o projeto "Basta! Não irão nos calar!", que criou canais de atendimento jurídico especializado para mulheres. A entidade, no entanto, alerta que o desafio agora é alcançar um ambiente de trabalho sem discriminação e sem violência de gênero. [Clique aqui!](#)

Mais de 5 milhões de trabalhadores estão na fila do INSS

Desde que Jair Bolsonaro (PL) assumiu a presidência da República, em 2019, cortou recursos, parou de fazer concursos e extinguiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social. E os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vêm sofrendo para conseguir receber seus direitos, seja pensão por morte, seguro acidente ou aposentadoria. O número de pessoas que estão esperando o pagamento de seus benefícios há mais de 45 dias ultrapassa os 5 milhões. Os pedidos deveriam ter sido atendidos nesse prazo, mas depois de um acordo feito em 2021, entre o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), a previsão passou para 90 dias, e ainda assim não vem sendo respeitada. [Clique aqui!](#)

Nova onda de covid-19 "pega" o Brasil com a saúde pública falida



Enquanto o mundo se preparou para lidar com a pandemia, Bolsonaro quebrou o Ministério da Saúde com uma gestão desastrosa

Levantamento feito semanalmente por um consórcio de imprensa no Brasil revela que a covid-19 volta a ameaçar a população. Uma subvariante da variante Ômicron, bem mais contagiosa e perigosa, está se alastrando rápido em todas as regiões do país. Na última semana o índice de contágio ultrapassou a casa dos 130% em relação à semana anterior, o que significa que também aumentou o número de internamentos e mortes. A maioria absoluta dos novos contaminados são pessoas que não tomara vacina ou que não completaram o ciclo vacinal. A pouca adesão à vacinação é culpa, em grande parte, do negacionismo e da campanha estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras autoridades com a divulgação de fake news e teorias conspiratórias contra a vacinação. A covid-19 volta a ameaçar a população brasileira num momento em que a equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) constata um completo desmonte do Ministério da Saúde: não tem vacinas, não tem recursos e não há números oficiais sobre a situação da pandemia porque o site do Ministério está desatualizado há meses. O novo governo só poderá iniciar a mudança desse cenário a partir de janeiro de 2023. Até lá a saúde pública continua como um barco sem rumo e sem comando. [Clique aqui!](#)

Bloqueio de verbas inviabiliza universidades



O presidente Jair Bolsonaro (PL) está aproveitando os seus últimos dias de sua gestão, que termina em 31 de dezembro, para um novo brutal ataque à educação, setor que vem sofrendo com falta de programas e investimentos desde os primeiros dias do atual governo. No dia 28/11, enquanto o país parava para assistir o jogo entre o Brasil e a Suíça pela Copa do Mundo 2022, o governo encaminhou ofício aos institutos federais de educação informando mais um bloqueio do orçamento destinado ao setor. O bloqueio total deve chegar a R\$ 1,68 bilhão, sendo que R\$ 244 milhões serão cortados de universidades, que, somado aos bloqueios anteriores, instala o caos nas contas dessas instituições e prejudica milhões de universitários em todo o país. O governo justifica o corte com a necessidade de evitar um rombo no teto de gastos. Porém, o confisco das verbas provocou reação imediata e críticas por parte de autoridades e entidades ligadas à educação. Todos citaram o oportunismo do momento do anúncio de mais um corte e acusam Bolsonaro de cometer mais um crime de lesa-pátria. [Clique aqui!](#)